



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**CHAMAMENTO PÚBLICO**  
**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2024**

Edital de Chamamento Público para Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas (MEI) para contratações frequentes de **serviços de “OFICINEIROS” para atuar no desenvolvimento de atividade na rede municipal de ensino**, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Recebimento das Solicitações de Credenciamento Endereço:** Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Simão Pereira.

**Período:** O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 14/03/2024, das 09h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, no endereço acima indicado.

**Esclarecimentos:** Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail [educacao@simaopereira.mg.gov.br](mailto:educacao@simaopereira.mg.gov.br) ou pelos telefones 32.3272-0500.

**Legislação:** Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2782/2024.

**O MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 18.338.293/0001-87, Paço Municipal sito à Rua Dr. Duarte de Abreu, nº 90, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - Sr. David Carvalho Pimenta, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, previsto no **inciso I do Art. 78 da Lei Federal nº 14.133/21**, com o objetivo de credenciar pessoas físicas ou jurídicas (MEI) para contratações frequentes de **serviços de “OFICINEIROS” para atuar no desenvolvimento de atividade na rede municipal de ensino**, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1. DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO**

**1.1** É objeto do presente Edital o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas (MEI) para contratações frequentes de **serviços de “OFICINEIROS” para atuar no desenvolvimento**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



***de atividade na rede municipal de ensino, conforme descrição das oficinas abaixo***, nos termos e nas condições estabelecidas neste Edital, vejamos:

I- Oficina de “Interação em Língua Inglesa”;

II- Oficina de Voleibol

III- Oficina de Futsal

IV- Oficina de Break Dance

V- Oficinas de Dança Típica;

VI- Oficinas de Dança Urbana;

VII- Oficina de Artesanato;

VIII- Oficina de Natação;

IX- Oficina de Musicalização;

X- Oficina de Capoeira;

XI- Oficina de psicomotricidade

XII- Oficina de Leitura | Produção;

**1.2** Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

**1.3** O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, **paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.**

**1.4** A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

**1.5** – Para fins de montagem da LISTAGEM de credenciados, será atribuída pontuação para cada título apresentado.

**1.6** – Após ser atribuída a pontuação dos títulos, será definida a **LISTAGEM EM ORDEM DECRESCENTE**, partindo-se do 1º credenciado melhor pontuado.

**1.7** – A listagem será feita de forma individual considerando OFICINA relacionada.



**1.8** – A pontuação será feita da seguinte forma:

- a) Curso Superior na área de acordo com as especificidades de cada oficina – 10 (dez) pontos;
- b) Curso Técnico na área - 05 (cinco) pontos;
- c) Cursos Livres da área - 03 (três) pontos;
- d) Atestados de capacidade técnica – 01 (um) ponto;

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas físicas ou jurídicas (MEI) interessadas e que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.2** Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.

**2.3** Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pelo Município.

**2.4** Os documentos exigidos deverão apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de Licitação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros.

**2.5** Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Licitação para efeito de comprovação de sua autenticidade.

**2.6** Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição **não superior a 03 (três) meses da data da entrega** da Solicitação de Credenciamento.

**2.7** Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.

**2.8** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.



### **3.1 - DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DA PESSOA JURIDICA**

#### **I - RELATIVOS À HABILITAÇÃO DA PESSOA JURIDICA**

- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- b) Cópia de cédula de identidade - RG;
- c) Cópia de cadastro de pessoa física - CPF;
- d) Comprovante de residência;

#### **II - RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DA PESSOA JURIDICA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Certidão da Negativa Conjunta da Receita Federal;
- d) Certidão da Fazenda Estadual;
- e) Certidão Municipal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) ou [www.csjt.jus.br](http://www.csjt.jus.br) e tribunais regionais do trabalho na internet).

#### **III - RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA PESSOA JURIDICA**

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 03 (três) meses da data de entrega da solicitação de credenciamento.

### **3.2 - DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DA PESSOA FISICA**

- a) Cópia de cédula de identidade - RG;
- b) Cópia de cadastro de pessoa física - CPF;
- c) Comprovante de residência;
- d) Certidão da Negativa Conjunta da Receita Federal;
- e) Certidão da Fazenda Estadual;
- f) Certidão Municipal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

### **3.3 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA PESSOAS FISICA E JURIDICA**

- a) Solicitação de Credenciamento e Declarações (Anexo III);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**b)** Para credenciamento na **Oficina de “Interação em Língua Inglesa”**, apresentar:

- I - Graduação Plena em Letras-Ingês, reconhecida pelo MEC;
- II - Outros cursos afins para classificação;

**c).** Para credenciamento nas **Oficina Voleibol**, apresentar:

- I - Graduação Plena em Educação Física, reconhecida pelo MEC;
- II - Outros cursos afins para classificação;

**d).** Para credenciamento nas **Oficina Futsal**, apresentar:

- I - Graduação Plena em Educação Física, reconhecida pelo MEC;
- II - Outros cursos afins para classificação;

**e).** Para credenciamento nas **Oficina Natação**, apresentar:

- I - Graduação Plena em Educação Física, reconhecida pelo MEC;
- II - Outros cursos afins para classificação;

**f).** Para credenciamento nas **Oficina break Dance**, apresentar:

- I - Certificado de Curso de Dança com carga horária
- II - Graduação Plena em Educação Física, reconhecida pelo MEC;
- III - Outros cursos afins para classificação;

**g).** Para credenciamento na **Oficina de Artesanato**, apresentar:

- I - Certificado de Curso de Artesanato com carga horária, no mínimo, de 250h;
- II - Outros cursos afins para classificação;

**h).** Para credenciamento **Oficina de Musicalização** apresentar:

- I - Graduação plena na área da Educação, reconhecida pelo MEC;
- II - Curso de Formação continuada em Musicalização;

**i).** Para credenciamento **Oficina de Capoeira** apresentar:

- I - Curso de Capoeirista:
  - Certificados em eventos de Capoeira

**j).** Para credenciamento **Oficina de psicomotricidade**, apresentar:

- I - Graduação plena de educação física, autorizada pelo MEC;
- II - Tempo de graduação na Educação Infantil.

**k).** Para credenciamento **Oficina de Leitura | Produção textual**, apresentar:

- I - Graduação plena de Letras, autorizada pelo MEC;
- II - Tempo de atuação

**l).** Para credenciamento nas **Oficina de Danças Típicas**, apresentar:

- I - Certificado de Curso de Dança com carga horária , no mínimo, de 250h
- II - Graduação plena na área da Educação, reconhecido pelo MEC;



III - Outros cursos afins para classificação;

**M).** Para credenciamento nas **Oficina de Danças Urbana**, apresentar:

I - Certificado de Curso de Dança com carga horária , no mínimo, de 250h

II - Graduação plena na área da Educação, reconhecido pelo MEC;

III - Outros cursos afins para classificação;

#### **4. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 3.

**4.2** A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Licitação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega, que será apostado em cópia da Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.

**4.3** A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

**4.4** Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

#### **5. DOS RECURSOS**

**5.1** O interessado não habilitado, nos termos do item 4.4, poderá interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Licitação via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e/ou por publicação do Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

**5.2** O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido à Comissão de Licitação e protocolado na sede da Prefeitura Municipal no endereço citado no preâmbulo deste edital ou através do e-mail: [licita@simaopereira.mg.gov.br](mailto:licita@simaopereira.mg.gov.br).

**5.3** O recurso não terá efeito suspensivo.

#### **6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

**6.1** Após a análise documental, a Comissão de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

**6.2** O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**6.3** Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e através do Site do Município, para assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

**6.4** A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico [www.simaopereira.mg.gov.br](http://www.simaopereira.mg.gov.br) e o extrato dos contratos divulgados no Portal Nacional de Compras Publicas - PNCP.

**6.5** Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

## **7. DO CONTRATO**

**7.1** O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a divulgação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Publicas - PNCP.

**7.2** A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

**7.3** Os serviços deverão ser realizados no Município de Simão Pereira, no prédio anexo a Escola Municipal "Conceição Aparecido Rosso", situado na Rua José Luiz, nº 79, centro, segundo os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos.

**7.4** A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo II deste Edital.

## **8. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO**

**8.1** Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo IV;

**8.2** O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores do Anexo I – Termo de Referência.

**8.3** O pagamento será efetuado pela Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

**8.4** O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento,



devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**8.5** Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

**8.6** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município.

**8.7** Previamente à data do pagamento, a Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

**8.8** Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

**8.9** Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município.

## **9. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO**

**9.1** A Prefeitura Municipal poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

**9.2** Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 30 (trinta) dias serão descredenciados.

**9.3** O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**9.4** Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**9.5** Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Licitação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá ao Secretário Municipal de Educação para tomada de decisão.

**9.6** Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Educação poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**10.1** Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados à Comissão de Licitação, entregues pessoalmente no setor de Licitações ou pelo e-mail: [licita@simaopereira.mg.gov.br](mailto:licita@simaopereira.mg.gov.br).

**10.2** Caberá à Comissão de Licitação com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação, analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**10.3** As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

**11.1** As obrigações do Credenciado constam do item 8 do Anexo I – Termo de Referência.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

**12.1** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

**12.2** Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

**12.3** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

**12.4** Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

**12.5** Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

**12.6** Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**12.7** Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

**12.8** A Prefeitura Municipal, através de cada Secretaria de Educação, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

**12.9** Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.10** Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1** A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo esta submetida à habilitação prevista no Item 3 deste Edital.

**13.2** Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à Prefeitura Municipal.

**13.3** O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação atinente à matéria.

**13.4** O Município poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

**13.5** Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Licitação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **16. ANEXOS DO EDITAL**

**16.1** São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento;

Anexo III - Solicitação de Credenciamento e Declarações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



Simão Pereira em 13 de março de 2024.

Emerson Correa Gomes  
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



## EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

### Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. DO OBJETO

1.1 Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas (MEI) para contratações frequentes de **serviços de “OFICINEIROS” para atuar no desenvolvimento de atividade na rede municipal de ensino**, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, devendo desempenhar as atribuições abaixo:

##### **A) – DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS APLICAVEIS A TODOS OS OFICINEIROS:**

I - Todos os oficinairos deverão orientar e cuidar do grupo de alunos sob sua responsabilidade, mantendo o respeito às normas, cuidar da boa convivência, disciplina, organização do material inerente às suas atividades, além de apresentar, sempre que solicitado, planejamentos, relatórios e tudo que for necessário para o permanente processo de controle e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas.

II - Solicitar por escrito, com ampla antecedência, qualquer tipo de material a ser adquirido para o desenvolvimento das oficinas.

III - O profissional deve possuir didática, habilidade e conhecimento para lidar com alunos na faixa etária de 7 a 13 anos, uma vez que o Programa Municipal Escola em Tempo Integral atenderá crianças e adolescentes do 2º ao 8º ano de escolaridade.

##### **B) – DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DE CADA OFICINA:**

I – DAS OFICINAS DE DANÇA TÍPICAS, caberá ao profissional:

- Desenvolver oficinas que resgatem e valorizem, de forma natural e espontânea, as manifestações expressivas da nossa cultura, focando na expressão corporal como recurso de aprendizagem escolar, utilizando o corpo em movimento, estimulando a expressão de sentimentos e emoções que auxiliem na integração social dos estudantes.
- desenvolver noção espaço/tempo, vinculada ao estímulo da música;
- criar estratégias para o desenvolvimento da concepção corporal individual e em grupo;
- desenvolver a prática das capacidades físicas e habilidades motoras por meio das práticas da cultura corporal de movimento.
- possibilitar a compreensão e praticar os aspectos relacionados com a boa postura;



- desenvolver o conhecimento e respeito dos limites corporais, desempenho, biótipo, classe social, Gênero e habilidades, respeitando a si e ao outro.

II – DA OFICINA DE DANÇAS URBANAS, caberá ao profissional:

- desenvolver habilidades motoras como equilíbrio, lateralidade, percepção de espaço e tempo, através de ritmos ouvidos;
- gerar conhecimento sobre a história e origem de cada estilo de dança urbana, proporcionando um intercâmbio entre prática e teoria.

**OBS:** As danças a serem desenvolvidas serão definidas também com a participação dos alunos, sempre proporcionando a oportunidade de adquirir ou ampliar conhecimento cultural e histórico, associado ao conhecimento e controle do corpo e mente.

III – DA OFICINA DE NATAÇÃO, caberá ao profissional:

- Orientar e possibilitar o deslocamento dos alunos na água a partir de movimentos feitos com braços e pernas, possibilitando a melhoria da capacidade física e contribuindo para a evolução do equilíbrio, da coordenação dos membros superiores e inferiores, assim como da agilidade.
- possibilitar a prática da natação, visando o desenvolvimento psicomotor, combate à obesidade infanto-juvenil e o fortalecimento da capacidade cardiorrespiratória;
- ensinar práticas de técnicas de adaptação ao meio líquido, como equilíbrio, respiração e flutuação.
- ensinar e aplicar as atitudes de prevenção de acidentes;

IV – DA OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO/CORAL, caberá ao profissional:

- auxiliar os estudantes, através da música, na construção de sua extensão e amplitude do desenvolvimento sociocultural.
- construir de forma prática e didática o desenvolvimento da musicalidade com sua carga de representatividade de linguagem e expressão cultural, além de estimular a sensibilidade e desenvolver diversas habilidades.
- desenvolver o conhecimento da teoria e prática da música e do canto, no âmbito, básico, em ambiente criativo e cooperativo;
- exercitar práticas, visando a criatividade, raciocínio, consciência rítmica e estética;
- executar as vozes em harmonia, exigindo uma combinação de notas diferentes entre as vozes;
- possibilitar o conhecimento e identificação do ritmo, timbre e voz



V – DA OFICINA DE INTERAÇÃO DA LINGUA INGLESA, caberá ao profissional:

- Desenvolver as atividades em ambiente adequado e cuja organização e decoração ficará a cargo do professor/oficineiro que deverá envolver todos os participantes desta oficina.
- estimular as práticas que visem capacitar os alunos a iniciar e manter conversas em situações cotidianas e sobre tópicos temáticos relevantes, desenvolvendo as habilidades de interlocução.
- ficar atento e fomentar a autoestima e confiança para uma participação ativa, preocupando-se, também, com a integração de elementos culturais da língua inglesa.
- possibilitar a proficiência oral de forma atrativa e interessante para os estudantes;
- ficar atento à pronúncia e entonação
- propor atividades que favoreçam o desenvolvimento do vocabulário, baseado em atividades cotidianas;
- possibilitar o aprimoramento da escuta e de habilidades de interlocução;
- criar condições para a ampliação do vocabulário específico para diferentes contextos de conversação;
- cuidar da compreensão auditiva ativa durante as conversações, fomentando a autoestima dos alunos.

VI - DA OFICINA DE VOLEIBOL, caberá ao profissional:

- trabalhar os fundamentos do voleibol para os estudantes participantes do Tempo Integral, possibilitando a valorização do companheirismo, respeito e trabalho em equipe, desenvolvendo, também, a autonomia, autoconfiança entre outros aspectos.
  - conduzir os alunos até a praça central da cidade onde há uma quadra de voleibol, observando o horário de retorno dos alunos para a próxima oficina do dia.
  - solicitar juntamente com a Coordenação, a autorização dos pais/responsáveis para o deslocamento dos alunos do Espaço de Aprendizagem, Criatividade e Ludicidade até a praça.
- OBS:** Os uniformes de esporte a serem usados pelos alunos serão distribuídos e recolhidos, quando necessário, sob a responsabilidade do professor, assim como todos os demais objetos esportivos necessários.
- possibilitar o conhecimento teórico – prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do voleibol possibilitar o entendimento do jogo, e de suas manifestações esportivas e culturais;
  - desenvolver nos alunos os aspectos competitivos e lúdicos próprios da modalidade esportiva;



- possibilitar o entendimento do jogo, de sua evolução e seus elementos táticos e técnicos;
- oportunizar a vivência prática dos elementos do jogo para a compreensão e a resolução de problemas ligados a execução;
- privilegiar o aspecto lúdico do voleibol enquanto expressão do esporte moderno.

**OBS:** Os uniformes de esporte a serem usados pelos alunos serão distribuídos e recolhidos, quando necessário, sob a responsabilidade do professor, assim como todos os demais objetos esportivos necessários.

VII – DA OFICINA DE FUTSAL, caberá ao profissional:

- trabalhar os fundamentos do futsal para os estudantes participantes do Tempo Integral, possibilitando a valorização do companheirismo, respeito e trabalho em equipe, desenvolvendo, também, a autonomia, autoconfiança entre outros aspectos.
- conduzir os alunos até a praça central da cidade onde há uma quadra de voleibol, observando o horário de retorno dos alunos para a próxima oficina do dia.
- solicitar, juntamente com a Coordenação, a autorização dos pais/responsáveis para o deslocamento dos alunos do Espaço de Aprendizagem, Criatividade e Ludicidade até a praça.
- possibilitar o conhecimento teórico – prático dos fundamentos técnicos e regras básicas do futsal possibilitar o entendimento do jogo, e de suas manifestações esportivas e culturais;
- desenvolver nos alunos os aspectos competitivos e lúdicos próprios da modalidade esportiva;
- possibilitar o entendimento do jogo, de sua evolução e seus elementos táticos e técnicos;
- oportunizar a vivência prática dos elementos do jogo para a compreensão e a resolução de problemas ligados a execução;
- privilegiar o aspecto lúdico do voleibol enquanto expressão do esporte moderno.

**OBS:** Os uniformes de esporte a serem usados pelos alunos serão distribuídos e recolhidos, quando necessário, sob a responsabilidade do professor, assim como todos os demais objetos esportivos necessários

VIII – DA OFICINA DE BREAKDANCE, caberá ao profissional:

- oferecer possibilidades de pesquisa para que os alunos, além de desenvolverem a prática do Breakdance, conheçam também sua função social e a importância que vem adquirindo, atualmente, inclusive com sua inclusão nas competições olímpicas.
- esquematizar pesquisas para que os alunos adquiram todo conhecimento necessário sobre esta oficina;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



- possibilitar disputa que desenvolvam a criatividade e a inovação nos movimentos da dança;
- ensinar, previamente e com segurança, os movimentos acrobáticos que envolvem muitos movimentos ondulatórios e com rotação do corpo;
- organizar, com antecedência, o material necessário para a operacionalização da oficina.
- possibilitar, em cada prática, o resgate dos campos emocionais e sociais de cada indivíduo, diminuindo a ansiedade, a inibição, a debilidade e expressão motoras.

**OBS:** O ambiente destinado à prática do Breakdance será no andar térreo do prédio, assim cabe ao educador o controle de deslocamento dos alunos de um andar para o outro, tanto ao início, quanto ao término da oficina.

IX – DA OFICINA DE CAPOEIRA, caberá ao profissional:

- zelar e aprimorar sempre a qualidade e desenvolvimento do grupo, considerando a capoeira como um misto de jogo, arte, luta, dança e folclore e que vem se incorporando também à lógica do esporte.
- possibilitar ao aluno conhecer a origem e características da capoeira
- apresentar aos alunos os instrumentos básicos, utilizados na musicalização desta prática;
- apresentar e possibilitar a prática das atividades da capoeira como: golpes, ataque, contra-ataque, balões e esquiva; floreios e defesas; movimentos de entrada, saída, de pedido e chamadas; movimentos acrobáticos.
- favorecer o desenvolvimento dos movimentos e ginga.

**OBS:** As oficinas serão desenvolvidas no térreo do Espaço de Aprendizagem, Criatividade e Ludicidade, sendo compromisso do professor realizar e cuidar do deslocamento dos alunos, tanto para o início como ao término das aulas.

X – DA OFICINA DE ARTESANATO: caberá ao profissional:

- possibilitar a evolução criativa dos alunos através de propostas de criações a partir de matéria-prima natural.
- favorecer a compreensão de que o artesanato é uma das formas de manifestação artística da sociedade, pois carrega questões sociais e de ancestralidade, a transmissão de conhecimento entre gerações, assim como importância econômica em nível nacional.
- Estimular a criatividade dos alunos com propostas de criação que fluam de discussões conjuntas;
- propor atividades que instiguem os alunos a fazer uso de sucatas, valorizando o reaproveitamento;



- incentivar o empreendedorismo através da organização de feiras para valorizar e apresentar as criações do corpo discente;
- ampliar gradativamente a experiência dos alunos com técnicas e modalidades variadas.

XI – DA OFICINA DE PSICOMOTRICIDADE, caberá ao profissional:

- O psicomotricista deverá exercitar, através de brincadeiras, as crianças da educação infantil, promovendo o estabelecimento do esquema corporal, contribuindo para o fortalecimento do tônus, para a aquisição da noção de lateralidade, ritmo, postura enquanto previna, também, problemas de aprendizagem, possibilitando um desenvolvimento adequado.
- possibilitar o desenvolvimento da lateralidade, organização espacial e temporal, coordenação motora e esquema corporal que são fundamentais para seu crescimento.

XII – DA OFICINA DE LEITURA/PRODUÇÃO TEXTUAL, caberá ao profissional:

- deverá trabalhar com letramento e multiletramento, explorando os diversos gêneros textuais.
- aplicar metodologias que devem sempre ser privilegiadas, priorizando também a exercitação e a relação leitura|produção textual deve ser observada para o desenvolvimento das oficinas.
- promover atividades que visem priorizar a troca e a interação entre os participantes

**OBS:** Os resultados esperados são: aperfeiçoamento da competência comunicativa, oral e escrita, superação das interferências e dificuldades básicas de comunicação, assim como o desenvolvimento da leitura interativa.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação descrita neste Termo de Referência se justifica pela necessidade de credenciamento de prestadores de serviços terceirizados para atuar nas OFICINAS ligadas a Secretaria Municipal de Educação.

2.2 O município de Simão Pereira, desde 2022, vem desenvolvendo a ampliação da jornada escolar em tempo integral, tendo por objetivo aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola, a fim de elevar os índices de proeficiência da educação municipal. Neste sentido, aspecto primordial é a escola voltar-se, também, para a formação do cidadão, priorizando práticas que possibilitem a convivência em uma sociedade democrática.

2.3 A metodologia adota é a de oficinas pedagógicas que se baseia, além de uma natureza lúdica e abrangente, no princípio de aprender fazendo. Constata-se, portanto, a necessidade e importância de se selecionar profissionais (oficineiros) com habilidades e conhecimentos suficientes para oferecer a nossos alunos situações de aprendizagem, com clara



intencionalidade educativa, em que seu encaminhamento metodológico diferencia-se do ensino regular.

### **3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**3.1** Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei.

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...];*

*IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;*

*Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:*

*I - Credenciamento; [...];*

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*

*I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;*

*Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

*I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;*

*Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:*

*I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;*

*II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;*

*III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;*



[...];

*V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.*

**3.2** Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas regulamentares pertinentes aos serviços executados, à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – e, ainda, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

#### **4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO:**

##### **4.1 – Da forma de Trabalho:**

- Os oficineiros ministrarão aulas de 60 minutos em cada área específica no local(is) indicados pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a escala de trabalho definida;
- o pagamento será feita por hora/atividade de 60 minutos, mediante a apresentação de nota fiscal mensal.

##### **4.2 – Da forma de definição da Remuneração:**

- Com relação ao valor de cada hora/atividade, esclarecemos que no ano de 2023 o valor estava fixado em **R\$ 25,00/hora**.
- Foi apresentado pelos oficineiros anteriores vários pedidos de reajuste do valor, assim entendemos que o valor de **R\$ 27,30** de hora aula para 2024 seria o mais adequado, correspondendo praticamente o valor da hora/ aula, definido pela Lei Federal que define Píon nacional do magistério.
- O valor de **R\$ 25,00** por hora/ atividade foi o licitado em 2023 e o atualizado para **R\$ 27,30 para o ano de 2024**, corresponde às cotações realizadas neste ano, junto a alguns profissionais.

##### **4.3 – Do local de prestação dos serviços:**

O desenvolvimento das oficinas será desenvolvido em prédio anexo à Escola Municipal “Conceição Aparecida Rosso”, situado na rua José Luiz, nº 79, no centro de Simão Pereira. O referido anexo foi denominado, desde 2022, de “Espaço de Aprendizagem, Criatividade e Ludicidade”

##### **4.4 – Da quantidade estimada de serviços:**

- Considerando que a metodologia adequada ao Programa Escola em Tempo Integral, será adotado o desenvolvimento de oficinas que atenderão a grupos formados por no máximo 15 alunos.



- De acordo com a quantidade de alunos matriculados, estima-se que será necessária a contratação nos moldes abaixo:

QUANTIDADE ESTIMADA DE OFICINEIROS	QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS AULAS
12 profissionais Para atendimento a todas as oficinais	750 horas aulas anuais.

## 5. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

**5.1** A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através de anexo pré-estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal, sendo fixados por um período de 12 meses.

**5.2** O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

**5.3** A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base na Lei n°. 14.133/2021.

**5.4.** O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

## 6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

**6.1** Os serviços serão executados de acordo com cronograma realizado pela Secretaria Municipal de Educação, nas seguintes condições:

**a)** Os serviços deverão ser solicitados pela Secretaria de Educação de acordo com seu cronograma de atividade.

**b)** Contratação de prestação de serviços mediante ajuste de mão de obra por tarefa para execução de trabalhos por hora aula, com fornecimento de material e demais equipamentos didáticos e esportivos.

**6.2** Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que vinculam o prestador.

**6.3** A verificação da conformidade das especificações dos serviços ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida a conformidade



quantitativa e qualitativa, os serviços serão recebidos definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a conseqüente aceitação do objeto.

**6.4** Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam o recebimento e utilização adequada do resultado dos serviços, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para a Prefeitura, devendo prestador reexecutá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da reexecução.

**6.5** Caso atrase na execução dos serviços ou se recuse a realizar a reexecução, o prestador estará sujeito a sanções administrativas, sendo que a reexecução dos serviços passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira execução.

**6.6** O Município reserva-se ao direito de impugnar os serviços executados, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

**6.7** Na execução dos serviços, somente será permitido o emprego de profissionais capacitados, não se admitindo, sob qualquer hipótese, serviço parcial, incompleto, defeituoso e/ou fora do padrão esperado.

## **7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**7.1** A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) fiscal do contrato, representante da Secretaria Municipal de Educação especialmente designado conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

**7.2** O fiscal designado tem a incumbência de:

- a)** Conferir qualitativa e quantitativamente os serviços, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência;
- b)** Proceder de forma criteriosa a sua conferência e recebimento;
- c)** Fornecer ao prestador qualquer tipo de esclarecimento quanto à característica, quantidade ou qualidade dos serviços contratados;
- d)** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados
- e)** Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**7.3** O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.



**7.4** A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras pessoas e/ou entidades.

**7.5** A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da do Município.

**7.6** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**7.7.** Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Credenciado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

**7.8.** Das decisões da fiscalização poderá o Credenciado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR**

**8.1** Executar os serviços conforme as especificações constantes desse Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;

**8.2** Executar os serviços no prazo e local estabelecidos nesse Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao uso, garantia ou validade;

**8.3** Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados;

**8.4** Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Educação, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

**8.5** Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

**8.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**8.7** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

**8.8** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;



- 8.9** Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.10** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do Município;
- 8.11** Prestar esclarecimentos ao Município sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 8.12** Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;
- 8.13** Emitir e apresentar certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos da Receita Federal, Receita Estadual (Sefaz/PGE do Estado do prestador), Receita Municipal (emitida no município do prestador), Trabalhista e Certificado de Regularidade perante o FGTS;
- 8.14** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender;
- 8.15** Qualquer dano causado ao patrimônio do Município na execução dos serviços serão ressarcidos pelo prestador, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.
- 8.16** Os materiais e equipamentos necessários para prestação dos serviços serão de responsabilidade do Município, devendo o credenciado zelar pela sua guarda, forma adequada de utilização e conservação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- 9.2** Informar ao prestador sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;
- 9.3** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo prestador, relacionados com o objeto pactuado;
- 9.4** Comunicar por escrito, ao prestador, quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a reexecução do serviço defeituoso ou incompleto e que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;



**9.5** Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

**9.6** A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o prestador tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021, no Item 10 deste Termo de Referência e demais cominações legais;

**9.7** Comunicar, por escrito, ao prestador o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;

**9.8** Proporcionar as condições para que o prestador possa cumprir as obrigações pactuadas.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.4** A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**10.5** A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

**10.5** A sanção prevista na letra “c” do item 10.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**10.6** A sanção prevista na “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**10.7** A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

**10.8** As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

**10.9** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**10.10** A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.11** Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.12** A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.13** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**10.14** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**10.15** As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.



**10.16** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## **11. DO PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento será efetuado pela Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

**11.2** O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**11.3** Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**11.4** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura.

**11.5** Previamente à data do pagamento, a Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

**11.6** Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

**11.7** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao prestador.

**11.8** Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciarse-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2024, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas:

3.3.90.39.00.2.09.01.12.361.0004.2.0032 2.569.000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

## **13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**13.1.** Os serviços serão pagos conforme relatórios dos serviços prestados e atestados pelos servidores designados pela Secretaria de Educação.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** A Nota de Empenho da Despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Simão Pereira em 13 de março de 2024.

MARIA JOSÉ VIANA MIGUEL  
Secretaria Municipal de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024**  
**Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024**

**ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO**  
**CONTRATO Nº xxx/2024**

**O MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 18.338.293/0001-87, Paço Municipal sito à Rua Dr. Duarte de Abreu, nº 90, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - Sr. David Carvalho Pimenta, brasileiro, portador da RG nº 12.983.276 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 056.250.876-79, doravante denominado de **CREDENCIANTE**, e xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede à Rua xxxxx, nº xxxxx, Bairro xxxxx, Cidade - MT, CEP xxxxx, doravante denominado de **CREDENCIADO**, neste ato representada por xxxxxxxx, nacionalidade, profissão, portador da CI/RG nº xxxxx SSP/xxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxx, acordam proceder ao presente contrato, nos termos da Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024, Edital de Credenciamento nº 001/2024, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

**1.1** Pelo presente instrumento, credencia-se a prestação, pelo Credenciado, de serviços de OFICINEIRO para atuar na OFICINA DE XXXXXXXXXXXX, visando o atendimento das demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Educação;

**CLÁUSULA II – DO AMPARO LEGAL**

**2.1** A lavratura do presente instrumento decorre do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024, Edital de Credenciamento nº 001/2024 e do respectivo Documento de Formalização da Demanda (DFD).

**2.2** Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital de Credenciamento nº 001/2024, bem como seus Anexos.



### **CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO**

- 3.1** O presente contrato tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, com pagamento mensal por **HORA AULA**, nos termos do Edital de regência.
- 3.2** O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
- 3.3** Os serviços deverão ser solicitados pela Secretaria Municipal de Educação.
- 3.4** Após a emissão da Autorização de Fornecimento e respectivo empenho, o Credenciado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para dar início à execução dos serviços.
- 3.5** Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta feira, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

### **CLÁUSULA IV – DO VALOR DE CADA ITEM DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 4.1** No termo de referência estão previstas as descrições, quantidades e valores unitários dos serviços a ser realizado pelo Credenciado, conforme demanda.
- 4.2** O valor fixado para a remuneração poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.
- 4.3** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo fiscal, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.
- 4.4** Os serviços serão solicitados por meio de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente.
- 4.5** Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 4.6** É encargo do Credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Credenciante.
- 4.7** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas



saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.

**4.8** O Credenciado deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.

**4.9** A Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

**4.10** Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria Municipal de Educação, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

## **CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA**

**5.1** O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.

## **CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES**

### **6.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

**6.1.1** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

**6.1.2** Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

**6.1.3** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

**6.1.4** Informar, a cada Autorização de Fornecimento, as quantidades, dias, horários e demais informações necessárias à prestação dos serviços.

**6.1.5** Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

**6.1.6** Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

**6.1.7** Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada pagamento;

**6.1.8** Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

**6.1.9** A Secretaria Municipal de Educação, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos



serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

**6.1.10** Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.1.11** Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

## **6.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

**6.2.1** Anteder as demandas da Credenciante, exercendo as atribuições descritas no termo de referência.

**6.2.2.** Executar os serviços conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;

**6.2.3** Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município, referentes às condições firmadas neste contrato e no Termo de Referência;

**6.2.4** Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Educação, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

**6.2.5** Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;

**6.2.6** Manter os materiais e equipamentos adequados para a prestação dos serviços;

**6.2.7** Observar as normas e regulamentos relacionados com a prestação dos serviços;

**6.2.8** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.2.9** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

**6.2.10** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

**6.2.11** Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com manutenção e reparo de materiais e equipamentos próprios, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome do Município;

**6.2.12** Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 6.2.13** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização do Município;
- 6.2.14** Prestar esclarecimentos ao Município sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 6.2.15** Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;
- 6.2.16** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender;
- 6.2.17** Qualquer dano causado ao patrimônio do Município decorrente de culpa e/ou dolo do Credenciado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, na execução dos serviços, será ressarcido pelo Credenciado, que será responsabilizado pelo ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste contrato.

#### **CLAUSULA VII – DAS SANÇÕES**

**7.1** O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.4** A sanção prevista na letra “a” do item 7.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**7.5** A sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

**7.6** A sanção prevista na letra “c” do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**7.7** A sanção prevista na “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 7.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**7.8** A sanção estabelecida na letra “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

**7.9** As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 7.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) deste contrato.

**7.10** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**7.11** A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**7.12** Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.13** A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 7.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**7.14** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**7.15** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**7.16** As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

**7.17** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



## **CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE RESCISÃO**

**8.1** A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a)** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b)** consensual, por acordo entre as partes;
- c)** pelo termino do prazo contratual.

**8.2** Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS**

**9.1** Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

## **CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

**10.1** O Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

## **CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1** O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLAUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1** O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela Secretaria Municipal de Educação.

## **CLAUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO**

**13.1** O Município encaminhará para divulgação o extrato deste Contrato no Portal Nacional de Compras Publicas no prazo legal.

## **CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**14.1** Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

#### **CLÁUSULA XV – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**15.1** As despesas decorrentes do presente contrato estão programadas em dotações orçamentárias própria, previstas no orçamento do Município para o exercício de 2024, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas:

3.3.90.39.00.2.09.01.12.361.0004.2.0032 2.569.000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

#### **CLÁUSULA XVI – DO FORO**

**16.1** Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Matias Barbosa, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**16.2** E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Simão Pereira em XXX de XXXXXXXX de 2024.

**CONTRATANTE/CRENCIANTE**

**Município de Simão Pereira**

**CONTRATADO/CRENCIADO**

**XXXXXXXXXX**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024**  
**Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024**

**ANEXO III – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES**

Ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Simão Pereira,

**DADOS CADASTRAIS**

Nome empresarial:

Endereço:

Cidade:

UF:

Telefone: Celular:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

e-mail:

CNPJ: Inscrição Estadual (se houver):

**XXXXXXXXXX**, conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu CREDENCIAMENTO para prestação de serviços de: (especificar para qual (is) serviços se credencia, conforme lista de serviços do item --- do Termo de Referência). DECLARA, para os devidos fins:

- 1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;
- 2) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento, acatando-as em sua totalidade;
- 4) QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;
- 5) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO PEREIRA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.338.293/0001-87



- 6) QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados previstos no Anexo I – Termo de Referência;
- 7) QUE dispõe ou disporá, quando da convocação, manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis aos serviços.

Simão Pereira 14 de março de 2024.

Nome, identificação e assinatura do interessado